

O CAPITAL-DINHEIRO DE COMÉRCIO E O MERCADO DO SEXO

Carlos Lima¹

Maria Lúcia Pinto Leal²

Resumo

Na seção introdutória, o capitalismo é apresentado como processo produtivo-consuntivo e, nesse sentido, são discutidos a mercadoria e o processo de produção e valorização do capital. Na seção 2, são discutidas as relações entre os dois departamentos da economia e a dinâmica do terciário. O trabalho propõe, dada a magnitude deste, a institucionalização do departamento III da economia a fim de compreender a atualidade do capitalismo em crise. Na seção 3, o trabalho desenvolvido pela prostituta é discutido e determinado nas esferas da produção e da circulação capitalistas para, finalmente, a realidade brasileira ser posta.

Palavras-chave: Valor. Mercado do sexo. Trabalho improdutivo. Trabalho destrutivo. Não mercadoria.

Abstract

In the introductory section, capitalism is presented as consumptive and productive process, in this sense, are discussed and the process of commodity production and capital appreciation. In section 2, we discuss the relationship between the two departments of economics and dynamics of tertiary. The paper proposes, given the magnitude of it, the institutionalization of the III Department of the economy in order to understand the present crisis of capitalism. In section 3, the prostitute's work is discussed and determined in the capitalist spheres of production and circulation to finally be inserted to the Brazilian reality.

Keywords: Value. Sex market. Unproductive work. Destructive work. No-commodity.

1 Doutor por Paris I Panthéon-Sorbonne, professor da UnB, coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Sociais (Neppos/Ceam) e orientador do Programa de Mestrado e Doutorado de Políticas Públicas em Serviço Social da UnB. E-mail: karlima@terra.com.br

2 Doutora pela PUC-SP e pós-doutora pelo Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia de Coimbra, professora do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília, coordenadora do Grupo de Pesquisa Violes/SER/UnB e coordenadora-geral da Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial no Brasil (Pestraf, 2002), Recebeu Menção Honoris Causa pela Academia de Letras do Brasil em 2013.

Introdução

Há mais de meio século, o grande intelectual inglês Maurice Dobb assinalava com a percuciência que lhe era característica:

O termo capitalismo, que, nestes últimos anos, esteve muito em voga tanto na linguagem corrente quanto nos escritos de história mais especializados, tem sido utilizado em sentidos muito diversos ou sem qualquer acordo sobre seu emprego. O que é certamente ainda mais significativo é que, na teoria econômica, tal qual é exposta pelas escolas tradicionais, esse termo aparece raramente ou quase nunca (DOBB, 1979, p. 11, tradução dos autores).

[...] O capitalismo é um modo de produção específico. [...] O capitalismo não é unicamente um sistema de produção para o mercado – um sistema de produção mercantil –, mas sobretudo um sistema no qual a força de trabalho “ela própria tornou-se uma mercadoria”, adquirida e vendida no mercado (ibidem, p. 18, tradução dos autores).

No mundo em que vivemos, os produtos do trabalho humano sofreram uma mutação qualitativa na medida em que deixaram de ser produtos e passaram a ser mercadorias, ou seja, a partir dos séculos XVII e XVIII a produção humana passou a ser determinada pelo valor de troca, mas, anteriormente, era determinada pelo valor de uso. Nesse sentido, o trabalho desenvolvido nas formações econômico-sociais pré-capitalistas visava ao consumo do clã, do grupo, da comunidade. No capitalismo, apesar de o domínio do homem sobre a natureza ser muito maior, a produção é feita para a troca visando não ao consumo, mas o lucro, que representa uma profunda e radical modificação no processo sociometabólico. A mais desenvolvida economia mercantil, que é a capitalista, apresenta, dessa forma, uma extensa e profunda divisão social do trabalho na qual são produzidas, em seus diversos braços, a miríade de mercadorias que, no mercado, estão postas à venda. E mais, segundo Luxemburgo (1970, p. 19) o processo de reprodução ampliada “cujo ponto de partida é sempre o capital, e o capital em sua forma valor, isto é, em sua forma de dinheiro, só pode seguir seu curso quando os produtos do período anterior, as mercadorias, se transformam por sua vez em dinheiro, mediante a venda”. Assim, o processo de acumulação capitalista é um processo produtivo-consuntivo. Há, portanto, necessidade de que as mercadorias produzidas sejam *realizadas* no mercado a fim de que o capital seja efetivamente valorizado. Assiste razão a Luxemburgo quando afirma:

Durante certas épocas, vemos que, embora havendo todos os meios materiais de produção e todas as forças de trabalho necessárias para levar a cabo a reprodução, as necessidades da sociedade ficam insatisfeitas, a reprodução se interrompe totalmente ou só se desenvolve dentro de limites reduzidos. Aqui, a responsabi-

lidade pelas dificuldades em que tropeça o processo de reprodução não provém das intromissões despóticas de ninguém na vida econômica. Longe disso, a reprodução nesses casos não depende somente das condições técnicas, mas de uma condição puramente social: a de que se produzam aqueles artigos que podem contar com a segurança absoluta de encontrar comprador, de serem trocados por dinheiro, e não de qualquer modo, mas com um lucro de tipo usual. O lucro como fim útil e determinante é, pois, o fator que preside, nessa sociedade, não só a produção, mas também a reprodução, não só o processo de trabalho e distribuição dos produtos, mas também a questão de saber a dimensão, o alcance e o sentido em que o processo de trabalho há de renovar-se, uma vez terminado o período anterior de trabalho (LUXEMBURGO, 1970, p. 13-14).

No mundo do capital, o processo de trabalho é, ao mesmo tempo, processo de valorização, ou seja, as mercadorias que vêm ao mundo vêm grávidas de valor e têm de ser trocadas pelo equivalente geral, o dinheiro. A produção humana assume, neste modo de produção, a divisão em meios de consumo e meios de produção. Isso significa que no intercâmbio homem/natureza são produzidos, além dos bens imediatamente necessários à sobrevivência dos indivíduos na sociedade, os instrumentos de trabalho para mediar o processo sociometabólico aludido. Dessa forma, dois grandes departamentos se abrem no processo produtivo capitalista: o DI produtor de máquinas de produzir máquinas e o DII produtor de meios de consumo cujas mercadorias produzidas se encontram à venda nos diferentes mercados. Nesse novo mundo, os meios de produção assim como os meios de consumo têm de assumir, no mercado, a *forma social capital*. Dito de outra forma, no processo de valorização a mercadoria produzida na esfera produtiva sai para a esfera da circulação, engravidada que foi pelo capital produtivo, do qual saiu como capital-mercadoria preta de mais-valor a ser realizada no mercado e, em consequência, transformada em capital-dinheiro. Ao capitalista não interessa essa forma natural da mercadoria. Ele tem de trocá-la pela “crisálida ouro”, pelo dinheiro, e o trabalho dispensado no fazimento dela tem de ser sancionado pela sociedade, portanto a mercadoria tem de ser trocada por dinheiro no mercado, que, nas mãos do capitalista, assume a forma social capital-dinheiro. É esse fenômeno social, a troca generalizada, que possibilita a unidade e a reprodução do processo produtivo-consuntivo típica da relação social de produção capitalista. Desse modo, é

através da troca, através do mercado, onde as mercadorias de cada produtor isolado aparecem de forma despersonalizada, como exemplares isolados de um determinado tipo de mercadoria, a despeito de quem a produziu, ou onde, ou sob que condições específicas. As mercadorias, os produtos dos produtores mercantis independentes, circulam e são avaliadas no mercado. As reais conexões e intera-

ções entre as empresas individuais – que se poderia chamar de independentes e autônomas – se fazem através da comparação do valor dos bens e de sua troca. A sociedade regula, através do mercado, os produtos do trabalho, as mercadorias, isto é, coisas. Desta maneira, a comunidade regula indiretamente a atividade laboriosa das pessoas, na medida em que a circulação dos bens no mercado, a elevação e queda de seus preços conduzem a modificações na distribuição da atividade de trabalho dos produtores de mercadorias isolados, à sua entrada em determinados ramos de produção ou saída deles, à redistribuição das forças produtivas da sociedade³ (RUBIN, 1987, p. 21-22).

Assim, convém asseverar que a dinâmica fundada nos dois departamentos anteriormente nominados é assentada na produção de mercadorias cujo trabalho para sua elaboração pode e deve ser designado como trabalho produtivo, produtor de mercadorias, produtor da dualidade contraditória valor de uso/valor de troca. O capitalismo, em seu périplo, desenvolve fantásticamente as forças produtivas, revoluciona a moral, a ética, os costumes, os valores sociais como nenhum outro modo de produção na história da humanidade.

O desenvolvimento do mundo do capital implica a dominação de formas de capital diferenciadas em consonância com o grau de desenvolvimento histórico alcançado: capital-dinheiro, capital produtivo, capital-mercadoria, capital financeiro, capital portador de juros, capital fictício, etc. Nesse sentido, as demais formas de sociabilidade humana vão sofrendo um claro processo de revolucionarização na medida mesma em que o mundo do capital vai se desenvolvendo, se desdobrando no real. Exemplos disso são as mudanças qualitativas ocorridas no processo produtivo com o advento do *fordismo* durante o imperialismo nas primeiras décadas do século XX e, também, do *toyotismo* no último quartel do século passado. Não podemos olvidar o fato de que

o trabalho da sociedade capitalista é uma realidade social superior às suas manifestações individuais, que implica relações de produção complexas, ultrapassando a combinatória quadrangular do produtor direto, dos instrumentos e objeto de trabalho, e do produto. O trabalho se socializa por meio de processos universais de valorização tanto ao nível da produção quanto da circulação. Nesse quadro, a “objetivação” do trabalhador em um produto não é mais do que uma manifestação secundária e profundamente problemática das relações sociais do capital e do trabalho (VINCENT, 1987, p. 96, tradução dos autores).

O terciário e a dinâmica capitalista

A economia capitalista assentada nos dois departamentos produtores de mercadorias chega ao seu limite em 1929 na maior crise capitalista até então. O problema que se põe é que, após essa crise, o setor terciário, que é composto

3 Ver, também, HILFERDING, R. *El capital financiero*, Madrid, Tecnos, 1963.

do terciário do governo, terciário das empresas e empresas terciárias, ganhou em amplitude e determinação macroeconômica. Esse setor produtor de serviços enquadra-se exclusivamente na esfera da circulação e, *pour cause*, é não criador de riqueza, não criador de valor, entretanto o capital aí aplicado paradoxalmente se valoriza no mercado. Ocorre uma punção, feita pelos capitais alocados na esfera da circulação, de parte da alíquota da massa de mais-valor produto da esfera da produção.

O trabalho desenvolvido no setor terciário da extensa, profunda e altamente complexa divisão social do trabalho é, caracterizadamente, trabalho improdutivo ao não criar nenhum átimo de valor. Os investimentos nesse setor – superinfóvias, estradas duplas, publicidade, propaganda, etc. – foram fundamentais para dinamizar a economia combalida por insuficiência de demanda efetiva uma vez que contrata trabalhadores sem que estes produzam valores de uso, riqueza material, ou seja, desenvolve-se todo um setor da economia que não *oferta* mercadorias, mas que, entretanto, *demand*a. Acresce a esse setor, no qual domina o trabalho improdutivo, o trabalho destrutivo desenvolvido nas atividades bélicas, espaciais e outros. Nesse sentido, o problema com que se deparou a economia capitalista na crise de 1929 foi que, apesar dos investimentos vultosos, estes não eram capazes de aumentar a demanda, provocando, além de um aumento na massa de mercadorias, crise por insuficiência de demanda, queda nos preços das mercadorias, aumento dos estoques, desemprego em massa, etc. A “saída temporária” para a mais grave crise até então foi deslocar o Estado da esfera da produção para a da circulação porque

o governo gasta e “consome” no lugar, excluindo os trabalhadores, reduzindo o salário real. O aumento *relativo* da demanda não se faz por meio do aumento do salário real, de uma melhor repartição da renda, do aumento do consumo operário, mas porque os gastos do governo devem ser superiores à *redução da demanda de meios de consumo operário*, resultante da redução do salário real. O aumento líquido da demanda efetiva é obtido quando os gastos do governo que se somam à demanda global mais do que compensam a redução do consumo operário que aquela soma acarreta. Aquela soma, aquele acréscimo à demanda global é uma subtração, contém a diminuição da demanda dos operários (CAMPOS, 2001, p. 173, grifos do autor).

É sintomático o fato de que no capitalismo contemporâneo os setores que não produzem mais-valor se constituem nos setores em que os capitais múltiplos mais se valorizam, enquanto o capital produtivo vem diminuindo sua capitalização e, até mesmo, se desvalorizando.

No processo de produção capitalista, vamos encontrar a relação mais íntima do processo de valorização, que é onde há produção de mais-valor,

a dominação do trabalho morto sobre o trabalho vivo. Constantemente os capitalistas investem no processo produtivo para sobrepassar a taxa de lucro médio na economia. Para isso, o investimento que permita maior produtividade do trabalho é fundamental. Dessa forma, os capitais múltiplos são acicatados a investir em máquinas para escapar à perequação da taxa de lucro. A concorrência incita-os a fazê-lo. Ao contrário do que costumeiramente ouvimos dizer, a concorrência mata, fazendo com que haja fusões, concordatas, falências de empresas, ou seja, há uma centralização de capitais. Essa tendência do processo de reprodução ampliada do capital provoca uma série de modificações estruturais nos mercados capitalistas. O desenvolvimento de DI e DII vai obrigar a que somente grandes e megas empresas restem em determinados mercados devido ao volume de capital necessário para permanecer atuando, além, é claro, de se constituir em barreira à entrada de capitais menos volumosos. O processo que leva a isso é o de transformação da livre concorrência em concorrência oligopolista, monopolista, que formou os cartéis e os trustes. Esse processo que se inicia no final do século XIX se afirma nas primeiras décadas do século XX. Durante a segunda metade do século XX e início do XXI, essa tendência dinâmica só se agudizou.⁴

Além de o capitalismo não absorver a mão de obra que anualmente chega ao mercado, com a inovação tecnológica o processo de acumulação ainda dispensa grandes contingentes de trabalhadores que irão formar o exército industrial de reserva. O mundo do trabalho fica ainda mais difícil porque a troca capital/trabalho não se reduz à questão econômica.⁵ O processo de

4 *Vide* a recente fusão do grupo Pão de Açúcar com o grupo francês Carrefour.

5 É importante frisar que o ato de troca material da célula mais simples e elementar do capitalismo, a mercadoria, não se reduz ao econômico. Nesse sentido, vale a pena citar o seguinte trecho, apesar de longo: “A troca material se apresenta à análise dialética como unidade (totalidade) de três momentos ou dimensões:

- a) *movimento fora da consciência* da relação social entre os ‘sujeitos’, os ‘mercadores’. Qual relação? O trabalho anterior à troca, com as qualidades e ‘propriedades’ dos sujeitos, sua habilidade, sua força, todas desiguais. A ‘coisa’ toma uma importância tal que ela reduz, dissimulando, a relação entre os sujeitos. Ela contém essa relação e a oculta. [...] No curso desse movimento, se introduz qualquer coisa que não é nem a coisa nem uma coisa, mas uma relação: a *forma* da troca que a coisa (o produto) aporta, suporta, transporta, sem que ela apareça como tal explicitamente.
- b) *acordo entre os ‘mercadores’ que toma uma forma* a do dinheiro [...] ao mesmo tempo que a forma de um contrato ou quase contrato, tanto estipulado por escrito, quanto oral. Este contrato ou quase contrato declara a aceitação dos termos de troca, quer dizer, da *equivalência* suposta ou real pela qual o objeto produzido se torna bem alienável: mercadoria.
- c) *constrangimento inerente à troca*, implicado na aceitação, em razão da *desigualdade* dos termos. Constrangimento natural: cada um dos mercadores tem necessidade do produto do outro, por razões que podem ser declaradas no curso do diálogo verbal, mas que podem, também, ser dissimuladas. Cada parte contratante aceita as condições da outra, após discussão mais ou menos cerrada. Constrangimento social também, geralmente explícito e mesmo institucional; ele exerce um controle moral, social e político dos lugares de encontro, do *mercado* (sentido espacial: o lugar do mercado). Rapidamente se impõe a presença de uma polícia, de um tribunal, de uma autoridade religiosa e/ou política, que impeça as inevitáveis discussões de degenerar-se em disputas e rixas, mas que perseguem seus próprios objetivos. Em torno do mercado constitui-se e perpetua-se bem cedo uma hierarquia de garantidores e guardiães

reprodução ampliada do capital traduz-se em uma oferta de emprego cada vez menor relativamente à demanda de trabalho. Na medida em que se desenvolve a acumulação, a força de trabalho vai sendo substituída pela máquina, pelo frio e gélido aço. Nesse sentido, a cada avanço do processo acumulativo a participação do capital constante (máquinas, matérias-primas e auxiliares) no capital total da empresa é cada vez maior. Em compensação, a participação do capital variável (força de trabalho sob o comando do capitalista) no capital total decresce vertiginosamente.

Esse aumento da composição orgânica do capital ocorre porque o capitalista deseja minimizar seus custos e maximizar seus lucros. Para isso, ele imediatamente procura diminuir seu custo primário, ou seja, cortar salário, diminuir a massa salarial desempregando. Se, *pari passu*, consegue aumentar a produtividade e a intensidade do trabalho em sua empresa, terá conseguido, em tese, aumentar sua taxa de lucro. O problema é que o que vale para o *capital individual* não necessariamente vale para a *classe* capitalista. A “totalidade” desse modo de produção implica a relação produção-consumo, mas essa não é fácil de fechar. Para o capitalista que diminuiu sua folha de pagamento, tudo bem. O problema é que se o mesmo ocorrer com os múltiplos capitais, ou seja, se os capitalistas lograrem diminuir a massa salarial, as mercadorias produzidas não encontrarão demandantes no mercado, provocando crise. O que é solução para *um* capitalista, é crise para a *classe* capitalista, pois a dinâmica do mundo do capital é irremediavelmente contraditória. Na ponta da produção, substitui trabalhador por máquina, aumentando, em tese, a taxa de lucro; e na outra ponta, na circulação, a transformação do capital-mercadoria em capital-dinheiro não tem como se efetivar porque falta a demanda que o capital expulsou do processo devido à inovação tecnológica. Nesse sentido, a acumulação do capital feita pela classe trabalhadora

produz em volume crescente *os meios que permitem convertê-la em sobrenumerária*. Esta é uma *lei de população* que é peculiar ao *modo de produção capitalista* [...]. Mas se uma superpopulação operária é o produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza sobre uma base capitalista, esta superpopulação se converte, por sua vez, em alavanca da acumulação capitalista, e inclusive em *condição de existência do modo capitalista de produção*. Constitui um *exército industrial de reserva à disposição do capital*, que pertence a este de forma tão absoluta como se o houvesse criado as suas expensas. Essa superpopulação cria, para as variáveis necessidades de valorização do capital, o material humano explorável

da ordem. De qual ordem? *Da equivalência dos não equivalentes*. Essa equivalência, ao mesmo tempo *fictícia e real*, confirma-se pelo fato de que uma atividade não produtora se apropria da relação entre atividades produtoras: o comércio. Os *comerciantes* fazem a organização do mercado. Eles efetuam a cadeia de equivalências. Intermediários, eles se enriquecem (em dinheiro), despossuindo de sua riqueza os produtores” (LEFEBVRE, 1977, p. 20-22, grifos do autor, tradução dos autores).

e sempre disponível, independentemente dos limites do aumento real experimentado pela população (MARX, 2004, p. 786-787, grifos do autor, tradução dos autores).

O processo acumulativo capitalista é, ao mesmo tempo, processo de trabalho e processo de valorização. Afinal de contas, o capital é *perpetuum mobile*, valor em processo, mutante, não lhe cabe paralisia, portanto tem de percorrer constantemente suas metamorfoses cíclicas, senão a crise impera. A mercadoria especial que valoriza o capital é a força de trabalho, e não outra qualquer. Essa mercadoria, quando vendida no mercado por seu possuidor e comprada pelo capitalista, muda de forma, ou seja, deixa de ser mercadoria e assume a forma social capital variável nas mãos de seu comprador. Para valorizar o capital são possíveis dois processos

segundo o uso que o capitalista faz da força de trabalho. Ambos correspondem a um excedente de valor de que o capitalista se apropria, mas este excedente provém, num caso, de um prolongamento da jornada de trabalho, no outro, de modificações, quer das técnicas utilizadas quer da divisão do trabalho. O primeiro modo corresponde à produção de mais-valia absoluta; o segundo, à mais-valia relativa. [...] Essa relação é efetivamente determinada por três fatores: 1 – a *duração* do trabalho ou a sua grandeza extensiva; 2 – o seu grau de *intensidade*, segundo o qual diferentes quantidades de trabalho são despendidas ao mesmo tempo; 3 – o seu grau de *produtividade*, segundo o qual a mesma quantidade de trabalho rende no mesmo tempo diferentes quantidades de produtos (GAUDEMAR, 1977, p. 213-214, grifos do autor).

Durante o período que se estendeu até a crise de 1929, a produção capitalista era produção do crescimento, do desenvolvimento, das inovações tecnológicas, da produção do lucro, etc. Esse período “erótico” do desenvolvimento capitalista estava fundado no trabalho produtivo produtor de mercadorias atinentes aos departamentos I e II da economia. Com a crise de 1929, desenvolve-se o departamento III, produtor de não mercadorias (não meios de consumo e não meios de produção). A partir de então, ganha preeminência o trabalho improdutivo-destrutivo, ou seja, o trabalho que ao se desenvolver não acrescenta um grão de valor à riqueza nacional. A importância deste é que cria demanda sem aumentar a oferta de mercadorias, “resolvendo” temporariamente a crise por insuficiência de demanda, como afirmado anteriormente.

O mercado capitalista modifica-se substantivamente. A partir de então, o processo de trabalho, que era, fundamentalmente, trabalho produtivo produtor de mercadorias pertencentes aos dois departamentos da economia, passa a ser dominado pelo trabalho improdutivo-destrutivo produtor de não-mercadorias. Institucionaliza-se o departamento III da economia e desenvolvem-se

sobremaneira as diferentes atividades não produtoras de riqueza, ou seja, produção bélica, espacial e as atividades ligadas ao tráfico de drogas, de órgãos, de mulheres, homens, crianças e adolescentes.

Trata-se, portanto, de reconhecermos que o capitalismo é portador de uma dupla história: a fase “erótica”, até 1929, na qual a história do capital é a de seu auge, desenvolvimento científico e tecnológico, suas conquistas, suas vitórias; e depois da crise que abalou os alicerces da economia fundada nos dois departamentos sobreveio a fase “tanática”, em que as mazelas, as feridas incuráveis desse sistema estão expostas de forma aguda nas cidades, nas ruas, nas calçadas, nos becos sem saídas desse matusalém cujo fim requer, tem como pressuposto e como resultado a aceleração e a transformação de homens, mulheres e crianças em dejetos de toda espécie com a finalidade precípua de manter esse movimento espasmódico e tortuoso que é próprio do modo capitalista de produção. A manutenção e crescimento desse mercado capitalista é a própria constatação do esvaziamento humano: o não-ser devindo.

Trabalho e exploração sexual comercial

O capitalismo é eminentemente urbano, e nesse sentido as cidades acompanharam e se desenvolveram em consonância com esse modo de produção. Assim, as cidades constituem-se no

lugar onde os sinais de possibilidade do novo manifestam-se com vigor, é também lugar das trágicas produção e reprodução das relações sociais desiguais inerentes a sociedade atual. A cidade que conhecemos é a cidade do capital e, por isso, apresenta no espaço uma configuração que necessariamente reflete a divisão, a clivagem, a ruptura da sociedade irremediavelmente cindida em classes sociais, onde de um lado estão os proprietários dos meios de produção e subsistência e, do outro, os não-proprietários desses mesmos meios. A cidade que conhecemos traz a marca social do capital que é o acesso de uns poucos a uma melhor qualidade de vida: saneamento público, transporte, saúde, educação, cultura, habitação, lazer, alimentação, etc. Outra parte se encontra excluída desse processo, que, de forma iniludível, é a condenação a uma existência desprovida do mínimo necessário a uma vida digna. A cisão aludida faz com que pareça natural que parte da cidade seja aquinhoada com o que há de melhor produzido pelo homem no mundo do capital, enquanto parte substantiva da cidade possui as mais degradantes formas de vida e que, “por acaso”, lá se amontoam como “lixo” os deserdados, os excluídos (RODRIGUES; LIMA, 1999, p. 56).

Contemporaneamente, como aludimos antes, o mundo do capital está sendo capitaneado pelo capital fictício, que é parte do capital financeiro (MOLLO, 2011). É na dominação desse capital que as cidades apresentam as deformidades inerentes a esse modo de produção. A cidade perde seu encanto, sua beleza e se

torna o local em que todo tipo de violência é exercido, uma vez que a exaustão do sistema canaliza parte substantiva da sociedade para viver como indigente, pedinte, comprador e vendedor de drogas, de rins, de sexo, etc.

A diferença essencial relativamente às relações sociais clássicas que constituem o modo capitalista de produção é que, no caso das relações de compra e venda de sexo, por exemplo, apesar de serem necessárias e funcionais à dinâmica capitalista e, ainda mais, produzidas pelo mundo do capital, são inteiramente marginalizadas tanto social quanto jurídica e ideologicamente no momento mesmo em que se apresentam aparentemente anclares à dinâmica fundada na relação capital. Na realidade, o sujeito capital, que tem sua representação no agenciador-dono do negócio no mercado do sexo, põe a nu, dada a proliferação dessa atividade na modernidade capitalista, o aviltamento-bestialização produzido pelo capital-dinheiro de comércio no processo de reprodução do capital no mundo atual. No momento histórico em que a valorização do capital passou a ser capitaneada pelo capital fictício, as formas pretéritas têm de assumir, e assumem, novas formas na sua utilização capitalista contemporânea.

Nesse sentido, como afirma Leal (2010, p. 185), a exploração sexual comercial não ocorre apenas nas relações materiais, mas também dentro de uma ordem subjetiva que reproduz padrões conservadores que internalizam, nas práticas socioinstitucionais, conteúdos xenofóbicos que fortalecem as desigualdades sociais.

Para entender as transformações do mercado do sexo no conjunto da sociedade capitalista, temos que voltar nosso olhar para as mutações do fenômeno da exploração sexual comercial e de como a sociedade atual reproduz as relações sociais e a própria subjetividade. Afinal de contas, a mercadoria sexo é “naturalmente” mercantilizada, ou seja, objeto de intercâmbio mercantil, e este, como salientado, não se reduz ao econômico.

“No contexto do mercado do sexo, o que se troca são os serviços sexuais, que têm um valor de uso baseado na qualidade própria (o sexo/idade/estética) da natureza do lugar deste trabalho” (LEAL, 2010, p. 186). No processo de comercialização (oferta e demanda), as relações sociais que a criança, o adolescente, a prostituta parecem estabelecer banalizam o social, ou seja, na realidade prevalece na relação de troca o fetiche da mercadoria. Nesse sentido, para desvendar essa relação, torna-se necessário lançar mão da teoria do fetichismo como desenvolvida por Marx, uma vez que

elimina da mente dos homens a ilusão, o grandioso engano originado pela aparência dos fenômenos, na economia mercantil, e a aceitação dessa aparência (o movimento das coisas, das mercadorias e seus preços de mercado) como essência dos fenômenos econômicos. Esta interpretação, entretanto, embora geralmente

aceita na literatura marxista, não esgota, de maneira nenhuma, o rico conteúdo da teoria do fetichismo desenvolvida por Marx. Marx não mostrou apenas que as relações humanas eram encobertas por relações entre coisas, mas também que, na economia mercantil, as relações sociais de produção assumem inevitavelmente a forma de coisas e não podem se expressar senão através de coisas. A estrutura da economia mercantil leva as coisas a desempenharem um papel social particular e extremamente importante e, portanto, a adquirir propriedades sociais específicas (RUBIN, 1987, p. 19-20).

Iniludivelmente, a questão da exploração do trabalho sexual no contexto capitalista relaciona-se diretamente com a questão socioeconômica, ou seja, essas explorações discriminam socialmente os sujeitos envolvidos e articulam-se no processo de mercadorização e fetichização das relações sociais capitalistas. Dessa forma, é um processo totalizador que necessariamente sufoca os indivíduos envolvidos.

De certo modo, quando se trata de explicar a exploração sexual de crianças e adolescentes como também de mulheres e homens pela via do trabalho, estamos longe de um consenso sobre a matéria.

O mundo mudou e as relações sociais sob o jugo do capital tornaram-se mais densas e complexas. A aparente “aceitação” da prostituta passou para outro patamar e, assim, a comum e complexa relação junto à dinâmica capitalista aprofunda-se mais ainda e, nesse sentido, a ação efetiva da prostituta amplifica-se e atinge as demais ilicitudes produzidas pelo *bendito* capital. A *relação capital* apresenta-se de forma distorcida, mas necessária à reprodução sociometabólica do capitalismo em crise. O problema que se põe, então, é a questão relativa ao trabalho, considerada fundamental, uma vez que há uma extensa e profunda estratificação social deste trabalho produzida pelo próprio desenvolvimento capitalista. Dito de outra forma, a relação capital comercial-prostituta espelha a estratificação social que existe na sociedade dominada pelas relações de exploração próprias ao trabalho assalariado.

Na realidade, o processo de trabalho da prostituta na oferta de serviço implica no fato de que este se encontra atado umbilicalmente ao capital-dinheiro de comércio, que necessita valorizar-se como todo e qualquer capital. Obter o maior lucro possível é sua meta.⁶ O problema que se põe é que a *organização capitalista dessa atividade é inteiramente ilegal*. Além do mais, cabe salientar que esse capital se situa na esfera da circulação e, *pour cause*, de forma alguma

6 “A ubíqua determinação operativa no sistema do capital é, e continuará a ser, o imperativo da *lucratividade*. É esta que deve sobrepujar todas as outras considerações, quaisquer que sejam as implicações. Nesse sentido, qualquer coisa que assegure a contínua lucratividade da empresa particular, *ipso facto*, também a qualifica como empreendimento *economicamente viável*. Conseqüentemente, não importa quão absurdamente perdulário possa ser um procedimento produtivo particular; contanto que seu produto possa ser lucrativamente imposto ao mercado, ele deve ser saudado como manifestação correta e apropriada da economia capitalista” (MÉSZÁROS, 2001, p. 662-663, grifos do autor).

produz excedente econômico, mas, em compensação, se apropria do mais-valor criado na esfera produtiva. O serviço prestado pela prostituta é uma das formas sociais que o capital-dinheiro de comércio engendra para valorizar-se no mundo em crise. Nesse sentido, há uma crescente desvalorização da prostituta, que funciona como capital variável nas mãos do capitalista, pois quanto maior a rotatividade “deste capital variável”, mais cedo ele se estiola e maior lucratividade terá dado ao *funcionário do capital*. A substituição deste capital variável é diretamente proporcional à sua rotatividade, seu *trottoir*.

A outra relação pressuposta, mas não posta, é a da prostituta-cliente. Nesse caso, o capital-dinheiro de comércio apresenta uma relação diversa, derivada, mas submetida à “relação básica”. O cliente, possuidor de dinheiro-salário, compra os serviços da prostituta por um determinado tempo. Ao término do serviço, o cliente paga, a prostituta recebe o dinheiro acordado e o comprador resta sem valor de uso, uma vez que o serviço (estético, ilusório) ofertado pelo capital-dinheiro de comércio, personificado na prostituta-coisa, se esfuma no momento mesmo em que é prestado. Uma parte do dinheiro recebido por ela formará seu dinheiro-salário, que servirá para comprar as mercadorias que lhe permitem se reproduzir como tal, e a outra parte formará o capital-dinheiro de comércio do capitalista organizador e explorador desse tipo de atividade. Claro está que o trabalho da prostituta não produz valor de uso, não produz riqueza social, não produz valor, mas é o meio pelo qual o proprietário do capital-dinheiro de comércio aplicado nesse mercado se apropria do mais-valor produzido socialmente. Ao não criar valor, o trabalho assim desenvolvido é, caracterizadamente, trabalho improdutivo,⁷ e, nesse sentido, vem ao encontro da “solução transitória” da crise capitalista.

Não por acaso, na crise completa do capitalismo contemporâneo, proliferam as mais degradantes formas de vida em que os homens, além de existirem como dejetos, contribuem para a sobrevivência do capital por meio da venda das ilicitudes ilusórias e fetichistas do capital. Outra particularidade desse tipo de atividade é o fato de se mesclar com as demais atividades ilícitas: furto, roubo, narcotráfico, etc. Nesse sentido, e em outro patamar, discutindo o processo de liberalização monetária e financeira e atento ao aumento do número de *praças* do mercado privado de liquidez dos fundos, assevera Chesnais (1996, p. 254):

Estas [praças] não se limitam mais à City de Londres e a Toronto. Alimentadas por fundos do petróleo, e mais tarde pelos lucros da produção e comercialização mundializadas de drogas (os “narcodólares”), as praças *off shore* (literalmente, “longe do litoral”, enfatizando sua extraterritorialidade perante o controle dos bancos centrais) adquirem um papel cada vez maior.

7 “Improdutivo no que concerne ao resultado material de seu trabalho” (MARX, 1997, p. 214).

Dessa forma, o capital utilizado nessa engrenagem adquire proporções gigantescas porque se torna, de certa forma, funcional à dinâmica do modo capitalista de produção no momento mesmo em que o departamento III, produtor de não mercadorias, se desenvolveu e propiciou os anos dourados do capitalismo, hipertrofiando sua dinâmica. O problema é que a partir dos anos 1970 ocorre a desregulamentação econômica, e o que era solução – produção de não-mercadorias – se inverteu, hipertrofiando a economia capitalista com seu exponencial crescimento em detrimento dos departamentos produtores de mercadorias. A dívida, que era solução, virou crise.

Conclusão: estado mínimo, regulação da força de trabalho e capitalismo agônico brasileiro

A partir dos anos 1970, assistimos à *débâcle* do Estado do Bem-Estar Social e à assunção paulatina, mas constante e crescente, do Estado Mínimo. Esse movimento ocorrido no *real* é a manifestação concreta de que as relações capitalistas básicas não mais tinham como se reproduzir, ou seja, o mundo do trabalho sofre modificações qualitativas: há uma proliferação do trabalho informal em detrimento do trabalho formal; avolumam-se os Planos de Demissão Voluntária (PDVs); a precarização do trabalho assume gigantescas proporções, etc. Nesse diapasão há diminuição da intervenção social do Estado. Esse fato resulta em transferir para o âmbito privado, no mercado, o macroacordo social entre trabalhadores e capitalistas. Essa regulação favorece processos de precarização das relações sociais, inclusive da criança e do adolescente que estão inseridos no mercado do sexo, porque, além de outros fatores, não têm consciência clara do processo que os vitimiza.

À medida que o Estado deixa sua *função legitimação* a cargo do mercado, fica mais difícil defender os direitos dos trabalhadores, especialmente aqueles dirigidos às crianças e aos adolescentes ao tempo em que estes estão vivenciando várias formas de violação de seus direitos. O Estado, por meio dos governos, retira dos trabalhadores as parcas conquistas desses últimos sessenta anos e transfere esses recursos para o capital, em lenta mas inexorável agonia. Nesse sentido, o Estado, na *crise completa* do capitalismo, é autocrático e despótico, uma vez que não podendo deixar de fazer sua *função acumulação*, ou seja, garantir a reprodução ampliada do capital em geral, retira recursos da educação, da saúde, das políticas sociais em geral e os canaliza para as necessidades do capital. No caso brasileiro, como são manifestas as contradições entre as duas funções, cabe uma terceira: *função repressão*. Assim, direitos dos trabalhadores – como legislação que garanta melhores condições de trabalho, diminuição da jornada de trabalho, carteira de trabalho assinada, etc. – *evaporam no ar*.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) tem apresentado vários estudos que vêm indicando níveis de inclusão social das camadas popula-

res via ampliação significativa de programas de transferência de renda para as camadas mais pobres da sociedade brasileira (Bolsa Família, Brasil sem Miséria, Brasil Carinhoso, dentre outros). Entretanto,

devemos dar um mergulho mais fundo na problemática que contempla os programas de transferências de renda condicionada da atualidade para descobrirmos o que não é aparente, isto é, está submerso. Começemos por atacar as políticas sociais focalizadas na pobreza e a ideologia neoliberal que as sustenta, voltando, também, os olhos inquiridores para os verdadeiros beneficiários da generosa assistência do Estado em meio à atual crise estrutural do capital: empresários e banqueiros que, ao menor sinal de prejuízo financeiro nos seus negócios, são prontamente socorridos com transferências de vultosas somas de dinheiro do povo, do qual a maioria é trabalhadora e certamente inclui os beneficiários do Bolsa Família (PEREIRA, 2012, p. 4).

Considerando-se essa lógica, entendemos que os rearranjos propostos pelos projetos de transferência de renda chegaram a aumentar o poder de consumo das classes populares, porém não asseguram os direitos dos trabalhadores antes evocados, assim como não diminuem a crise da sociedade salarial, até porque o capital, estando em crise, passa por cima de tudo e de todos, inclusive da legalidade burguesa ao organizar capitalistamente essa atividade. Na realidade, ao classificar a prostituta como criminosa, o capital, na sua legalidade, faz o mecanismo de projeção freudiana, que é o de imputar a outro sujeito social, no caso a prostituta, a pecha de criminosa, quando, na realidade, é o capital-dinheiro de comércio, organizador e explorador dessa atividade ilícita, que comete reiteradamente crime. No fundo e na forma, é o próprio capital que traz, em si, a marca social de criminoso.

A adoção de uma política de recuperação do salário mínimo e a forte expansão do crédito ao consumidor são elementos que explicariam a ampliação do consumo da grande massa de brasileiros que vivem da venda de sua força de trabalho. Entretanto, essa ampliação tem seu negativo, que se manifesta atualmente nas altas taxas de endividamento em que se encontra a sociedade brasileira.

De acordo com o Ipea, os avanços observados na redução dos desníveis de renda no país indicam a redução da desigualdade na remuneração do trabalho e mesmo na renda *per capita* na última década. O instituto declara ainda, exceto no que se refere à segmentação entre os mercados formal e informal, que todas as formas de discriminação declinaram no país, embora diferenciais por gênero e por graus de segmentação ainda sejam muito elevados.

Contudo, podemos afirmar que a sociedade brasileira tem passado, desde a implementação do Plano Real, por um verdadeiro processo de desindustrialização. O próprio Ipea, em documento recente, assevera:

A falta de uma estratégia nacional de desenvolvimento está contribuindo para acabar com o setor industrial do país, sobretudo o da indústria de transformação. A conclusão consta do boletim *Conjuntura em Foco*, divulgado hoje (15) pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). O instituto aponta que a falta de uma estratégia para o setor e de investimento em infraestrutura acentua o processo atual de desindustrialização precoce no Brasil. De acordo com o coordenador do estudo, Roberto Messenberg, a falta de dinamismo e competitividade industrial está favorecendo o crescimento do peso relativo de serviços de má qualidade no Brasil e criando uma economia ruim. [...] O estudo, que utilizou dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), chama a atenção para a forte queda na produção da indústria de transformação. Um dos gráficos mostra que, entre 2008 e 2011, enquanto o setor financeiro cresceu 23,1%, a extração mineral cresceu 12,8% e o desempenho da indústria de transformação caiu 5,7% (VILLELA, 2012).

Apesar disso, a aposta do poder público é enfrentar a exploração sexual com políticas públicas e de forma intersetorial, surfando, portanto, na superfície do real. No entanto, a sociedade brasileira, malgrado a parafernália de ferramentas utilizadas pelo governo para sobrestar a crise internacional, começa a perceber que esta já se faz presente no cotidiano nacional. Conforme anteriormente aludimos, ocorreram profundas modificações na economia do real.

No Brasil, nos últimos nove anos, de cada três empregos que foram criados no mercado formal de trabalho brasileiro, dois deles pagam até dois salários mínimos. Existe uma concentração muito grande de vagas no mercado de trabalho brasileiro na faixa entre um e dois salários mínimos. Isso significa que são empregos muito mal remunerados, [...]. O atual regime de acumulação se concentra em quatro motores. O primeiro, as finanças e bancos; o segundo, a mineração; o terceiro, o petróleo; e o quarto, o agronegócio (BRAGA, 2012, p. 21-22).

Com o modelo centrado nesses quatro pilares, a mudança qualitativa se processou com o imenso declínio da indústria de transformação, que na década de 1980 estava em torno de 35% e, atualmente, se encontra em 16%. Apesar disso, o governo jacta-se de não termos sentido o peso da crise. No entanto, é suficiente olharmos para setores sociais, como saúde, educação, assistência social, etc., para imediatamente identificarmos quem está pagando a crise.

A dinâmica tortuosa brasileira possui cerca de 40% de empregados informais e 60% de formais, e como os quatro setores aludidos não criam empregos definitivos, a rotatividade da força de trabalho é muito alta. O setor que tem sofrido maior expansão do emprego é o de serviços e, neste, os de mais baixas qualificações têm proliferado, que é onde, naturalmente, o mercado do sexo

se faz presente de forma marcante. Os investimentos nos quatro setores mencionados fazem parte do PAC, portanto estão ligados às grandes obras e aos investimentos relativos aos grandes eventos, como a copa das Confederações em 2013, a copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas em 2016. Cabe salientar que, da mesma forma que o setor serviços, esses investimentos vêm contribuir sobremaneira para a proliferação desses mercados “aparentemente” desnecessários, mas realmente funcionais à dinâmica do capital em crise, como salientado anteriormente.

O Estado capitalista que se estabelece é o da não segurança, não saúde, não assistência social, não educação, não...

O capitalismo, cujas contas nacionais são tão indecentes quanto sua estética, considera como acréscimo de seu PIB a produção bélica, a venda de sangue, de retina, de rins, as receitas dos motéis e prostíbulos, onde o sexo se transforma em não-mercadoria; as despesas com expedições interplanetárias, as rendas provenientes do turismo, que enriquecem os gigolôs dos monumentos históricos e da natureza privilegiada, etc.

Desviando-se da produção de valores de uso, de produtos úteis, o capitalismo transforma tudo em “produção” desde que dê lucro – os cursos de língua (a fala), o canto, a dança, a ginástica, a sauna, o sexo (as revistas de sexo, os vídeos de sexo, os motéis, etc.), os cursos de boas maneiras, a psicanálise de cachorros, etc. Tudo assume o caráter de “natural”, de produto necessário, fino e útil (CAMPOS, 1991, p. 18).

Referências

BRAGA, Ruy. Condições de trabalho estão muito precárias. **Caros Amigos**, n. 102, p. 21-22, 2012.

CAMPOS, Lauro. **A crise completa a economia política do não**. São Paulo: Boitempo, 2001.

———. **O PT frente à crise do capitalismo**. Brasília, 1991.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

DOBB, Maurice, **Etudes sur le développement du capitalisme**. Paris: François Maspero, 1979.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Estampa, 1977.

LEAL, Maria Lúcia. Crianças e adolescentes no mercado do sexo – fetichismo e precarização. **Criança e adolescente: direitos, sexualidades e reprodução**. São Paulo: ABMP, 2010.

LEFEBVRE, Henri. **De l'Etat**. v. 3: Le mode de production étatique. Paris: 10/18/1977.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação de capital**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

MARX, Karl. **El capital**. T. I, v. 3. Ciudad de México: Siglo XXI, 2004.
———. **Elementos fundamentales para la crítica de la economía política. Grundrisse – 1857-1858**. v. 1. Ciudad de México: Siglo XXI, 1997.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2001.

MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. **Capital fictício, autonomia produção-circulação e crises: precedentes teóricos para o entendimento da crise atual**. 2011. Mimeografado.

PEREIRA, Potyara Amazoneida P. **Réplica à recente matéria sobre o Programa Bolsa Família veiculada pelas Organizações Globo**. 2012. Mimeografado.

RODRIGUES, E.; LIMA, C. Reflexões sobre a cidade e sua gestão. **Quaestio, Revista de Estudos de Educação**, São Paulo, Loyola, v. 1, n. 1, 1999.

RUBIN, I. I. **A teoria marxista do valor**. São Paulo: Polis, 1987.

VILLELA, Flávia. **Falta de estratégia nacional leva à desindustrialização do país**. Brasília: Ipea, 2012. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br>>. Acesso em: 15 mar. 2012.

VINCENT, Jean-Marie. **Critique du travail**. Paris: PUF, 1987.